

Congresso entrou em férias com nota baixa

LUIZ CARLOS LISBOA

Há um personagem de Ionesco, na peça "Os Rinocerontes", que se queixa a outro de sua lamentável tendência para prever aquilo que já aconteceu. No Brasil da Nova República e da velha política, não é preciso esperar que as coisas aconteçam para saber como vão ocorrer: basta ver como foi da vez passada. O tumulto, as falhas e a barganha que marcaram a aprovação do pacote fiscal no Congresso são antigos conhecidos de um replay que algum obtuso repete com fúria e som, na tela dos costumes públicos nacionais há muitos anos. Os deputados e políticos em geral mal recuperaram o fôlego, depois de 20 anos de rigores inusitados, e já se instalaram sem cerimônia no papel que a história política da República (a eterna, não a nova) parece reservar-lhes por tradição. Existe no poder um presidente da República que está decidido a deixar na História uma imagem democrática e tolerante, e esse executivo quer mudar o País. Para isso vai precisar desesperadamente de apoio no Legislativo. Mal recobrados do susto que lhes pregou o arbítrio, os políticos estão dizendo que esses planos têm um preço, vão custar alguma coisa. Afinal, eles estão cansados de votar "para nada".

Então, o pacote foi aprovado em plena madrugada, da maneira como o presidente queria e o ministro da Fazenda esperava, mas, na confusão que se estabeleceu em torno dessa aprovação, o preço pedido foi pago. O Senado dos "trens" e das amizades devotadas efetivou uma multidão de funcionários que não podia ser efetivada em circunstâncias normais. Cargos transitórios foram eternizados e pequenas mudanças "eletorais" introduzidas no projeto fiscal, de modo a atender à sede reivindicadora que atormenta políticos e administradores, líderes e liderados, desde que se descobriu o espírito da Velha República profundamente incorporado na Nova República, mostrando que nada, de fato, aconteceu neste país nos últimos 80 anos, a não ser a introdução de novos e sucessivos discursos, com sua terminologia enganadora. O "velho Adão", o pecador contumaz, muda o tom da voz e pinta os cabelos com diferentes tonalidades, mas de resto é o mesmo ser deformado que não acredita na honestidade, no idealismo e na vocação política, pondo máscaras para esconder sua fisiologia, seu cinismo e sua corrupção.

De um ano para cá, essa é a quinta ou sexta vez que a Nação tem motivos para sentir vergonha de muitos de seus representantes no Congresso. Já não se levam em conta o oportunismo que busca o poder a todo custo, os truques sujos de véspera de eleição, as concessões feitas à oligofrenia política do populismo, as alianças hipócritas e vazias de significado, mas é impossível deixar de observar — e de maneira masoquista procurar saber dos detalhes — essas noitadas do Congresso em busca de cargos, verbas, viagens, com o pretexto de debater e examinar projetos da mais alta importância. É fato que o presidente da República e seu ministro da Fazenda exigiram aprovação do projeto em pra-

zo exíguo, e pressionaram horrores por baixo do pano, mas não havia motivo algum para que se aprovasse "na moita" uma série de benefícios disfarçados como evidente paga pelo sacrifício de trabalhar tanto — um Congresso que é acusado de trabalhar muito pouco. A força do hábito, no entanto, impôs-se ao medo da desmoralização, como nos dependentes físicos de certos tóxicos. Nessa repetição melancólica de um filme já visto inúmeras vezes, ficam de novo o gosto amargo da desilusão definitiva e a disposição de gritar alto esse desapontamento para que os eleitores da Constituinte castiguem, com seu voto, os infelizes e incorrigíveis.

Afinal, o presidente Ulysses Guimarães parecia mais inclinado a perder seu mandato do que a perder a viagem à China, com seus alegres amigos a tiracolo. Os demais parlamentares acharam justificável a pressa toda, porque férias são férias, e pernas para o ar que ninguém é de ferro, como dizia o poeta Ascenso Ferreira. Então, o prazo de que a Câmara e o Senado dispunham, dada a pressa do Executivo, tornou-se curtíssimo porque, se há uma coisa que o Congresso respeita, são suas férias, além certamente do jeton. O esforço concentrado, digamos, é aquela mesma coisa que contamina o ensino no Brasil, e que faz com que alunos e professores faítem alternadamente às aulas em certas escolas e colégios, de modo que se tornam todos coniventes e portanto ninguém se prejudica, numa triste ajuda mútua. Da infância à velhice, da pobreza à riqueza, do começo ao fim, somos coerentes (esse nós aqui é uma generalização perigosa) e temos um perfil bastante identificável. Não adianta dar nome ao fenômeno, nem seria confortável para todos, mas do ponto de vista particular do Congresso é preciso que essas deformações sejam corrigidas logo (antes da eleição do ano que vem, se possível). Do contrário, será o regime democrático que vai pagar — já que ele é intimamente associado ao Congresso — por tanta inconseqüência e tamanha vocação suicida.

Agora que começa o tempo das migrações partidárias, quando a fragilidade do Congresso vai tornar-se ainda mais evidente (os vitracasaca são desprezados pelo povo, que como se sabe é tremendamente intuitivo), é preciso ter os olhos abertos para o ceticismo popular que cresce constantemente, e que pode alimentar o radicalismo que existe em semente, esperando o enfraquecimento do organismo geral para explodir e dominar. Se deputados, senadores, líderes partidários, governadores, prefeitos e ministros, estivessem conscientes de que são olhados por muitos olhos, e de que servem de exemplo e paradigma, teriam com certeza um domínio maior sobre suas próprias ações, palavras e impulsos, e nesse esforço de parecer maduros ganhariam, quem sabe, uma certa maturidade. Porque os outros, aqueles que representam o povo de maneira adulta, desaparecem no oceano dos meninos voluntariosos, bulhentos e desleixados, aos quais a opinião pública relacionada diretamente o político, e, Deus nos proteja, a democracia.